



ESTUDO TÉCNICO

ESTUDO

Panorama das Obras Públicas nos Municípios Brasileiros



SUMÁRIO

1. Introdução.....	2
2. Metodologia.....	2
3. Apresentação dos dados	4
4. Pesquisa Obras Paradas – CNM.....	28
5. Conclusão.....	29
6. Referências.....	32





ESTUDO

PANORAMA DAS OBRAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

<p>Área: Obras e Transferências da União, Educação, Saúde e Estudos Técnicos</p> <p>Palavra-chave: Obras Paradas, Obras Concluídas, Obras Educação, Obras Saúde, Obras Habitação, repactoadas, repasse.</p>	<p>Produzido em: Brasília, junho de 2024.</p>
<p>Telefone: (61) 2101-6000</p> <p>E-mail: obras.transferenciauniao@cnm.org.br</p>	<p>Capa e diagramação: Assessoria Comunicação CNM</p>

1. INTRODUÇÃO

O investimento público brasileiro consiste, principalmente, em despesas realizadas pelos Entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) com planejamento e/ou execução de obras e aquisição de maquinário permanente. Tais gastos são responsáveis pela ampliação da infraestrutura nas cidades brasileiras, com impactos relevantes sobre a iniciativa privada e a população em geral. No caso dos Municípios, a conclusão de obras públicas pode representar novas escolas, unidades de saúde, pavimentação de estradas, canalização de esgoto e iluminação pública, podendo elevar substancialmente a provisão de serviços públicos e o bem-estar social de seus habitantes.

Nosso país é uma república federativa, composta da União, dos Estados e dos Municípios, todos elevados à condição de Entes autônomos, os quais devem atuar de forma harmônica e colaborativa. Sendo assim, boa

parte dessas obras e/ou a aquisição de equipamentos são financiadas por convênios ou contratos de repasse entre os Entes. E, em virtude disso, existe uma grande quantidade de regras, controles e burocracia envolvidas na execução desses repasses.

Nesse diapasão entre o planejamento inicial de uma obra e a sua conclusão, há um complexo arcabouço de legislação, regras e gestão de projetos e sua execução orçamentária que pode levar a uma situação de paralisação e mesmo abandono das obras planejadas, significando desperdício de recursos públicos e prejuízo para a população. Desse modo, o presente estudo busca, à luz dos dados disponíveis, mensurar a quantidade e o volume de recursos dispendidos em obras públicas sob responsabilidade dos Municípios.

2. METODOLOGIA

O levantamento de obras mensurado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) busca mapear a situação das obras públicas sob responsabilidade dos governos

municipais que se encontram paradas/paralisadas ou inacabadas, concluídas e até mesmo canceladas. O levantamento das informações foi realizado junto a diversas fontes

de dados disponíveis, tais como o Painel de Obras do Transferegov do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec), o SisHab (Sistema de Habitação) e o Sistema de Investimento do SUS (InvestSUS).

Os dados utilizados do Painel de Obras, por meio do qual é possível verificar o andamento das obras, utilizou as informações das obras municipais que receberam recursos da União, ou seja, transferência municipal com classificação de paralisadas e inacabadas e concluídas para os quais foram considerados os valores empenhados e repassados, e os valores pagos. É importante mencionar também que as obras relatadas no painel são referentes às obras de saneamento, esporte e lazer, cultura, não englobando as obras que estejam relacionadas à saúde, à educação e à habitação.

No Simec, sistema gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram consideradas como paralisadas as obras que possuem o termo de compromisso vigente, mas que provavelmente estão paralisadas por motivos diversos, podendo ser retomadas a qualquer momento, desde que sanadas as diligências; e inacabadas, cujo termo de compromisso encontra-se vencido e, conseqüentemente, não obtiveram sua conclusão. Para esses casos, o FNDE edita resolução para permitir a

reapactuação dessas obras. O ano utilizado foi a variável de data da assinatura, enquanto a unidade de valor foi valor pactuado com o FNDE, e utilizamos os valores pagos, assim como para obras canceladas e concluídas. É importante lembrar que foram considerados os dados de obras, após manifestação de interesse dos Municípios pela retomada de obras, de acordo com a MP 1.174 e a Lei 14.719, de 1º de novembro de 2023. Sendo assim, o levantamento do número de obras que manifestaram interesse e que não manifestaram estão sendo considerados neste estudo.

Para os dados informados no Painel do InvestSUS, foram consideradas as informações divulgadas recentemente de acordo com o “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia na Saúde”, instituída pela Lei 14.719, de 1º de novembro de 2023, e regulamentada pela Portaria GM/MS 3.084, de 12 de janeiro de 2024. Nele foram utilizadas informações das obras reapactuadas e reativadas.

Para os dados da habitação, que estão na base de dados do SisHab, onde consta os dados do Sistema de Habitação com as operações contratadas no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Nesse sistema foram extraídas as obras com situação definida como obras paralisadas, apenas essas informações foram consideradas, não consideramos as informações de obras concluídas para habitação. Diante

desse pressuposto, foram reutilizadas as informações de 2022 para o levantamento desse estudo, devido ao não acesso as bases de dados atualizadas, mesmo sendo solicitadas reiteradas vezes, aos órgãos responsáveis, por essa entidade.

Os resultados apresentados são sensíveis ao dia no qual as informações foram coletadas. Isso significa que obras paralisadas podem ser retomadas posteriormente – bem como obras que ainda estão em fase de diligência

pelos órgãos responsáveis – e terem seus status alterados, impactando, assim, os quantitativos aqui apresentados. Sendo assim, os resultados devem ser encarados como uma radiografia no momento da publicação do estudo. É importante mencionar, também, que os valores apresentados neste estudo foram corrigidos de acordo com a taxa Selic (fevereiro de 2024), em razão das dívidas que os Entes Municipais têm com a União serem atualizadas por esse índice.

3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

3.1. CENÁRIO DAS OBRAS MUNICIPAIS

A partir da classificação das obras disponíveis nas quatro bases de dados consultadas, foi possível mensurar a existência de **9.693 obras paradas no Brasil**, desde 2007, **em 3.132 Municípios diferentes, mais que 56% dos Municípios brasileiros (5.568)** possui pelo menos uma obra parada, **correspondendo a um valor contratado/pactuado ou empenhado superior em termos reais**, corrigidos pela Taxa Selic, **a R\$ 63,1 bilhões**. A maior parte das obras paradas nos Municípios brasileiros é da Educação, com 51% do total, seguidas das obras da habitação (22%) e da saúde

(20%). Os dados também mostram que, entre o que foi empenhado e o que foi pago, **faltam mais de 17,6 bilhões de reais, em valores corrigidos, para serem repassados pelo governo federal aos Municípios a fim de que estes concluem as obras.**

Nota-se que os valores empenhados do painel de obras, do Transferegov, são elevados, uma vez que refletem o comprometimento orçamentário para as obras. Uma parte significativa dos empenhos (35%) está concentrada na plataforma Transferegov, incluindo as obras de saneamento básico, no qual são obras onerosas aos Municípios. As obras da habitação concentraram 43% dos empenhos, e

representam 22% das obras paradas. Foi possível mensurar

também o valor médio real de cada obras, em 6,5 milhões de reais. A Tabela 1 apresenta a distribuição:

Tabela 1 – Quantitativo de obras Paradas e Valores Reais

Fonte de Dados	Qte. Obras	Qte Municípios	Valores reais Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar	Valor real médio	% obras	% valores empenhados
Educação (Simec)	4.989	2.234	12.916.348.609	7.005.224.905	5.911.123.705	2.588.965	51%	20%
Habitação (SisHab)	2.138	1.456	26.970.636.056	18.557.214.507	8.413.421.549	12.614.891	22%	43%
Saúde (InvestSUS)	1.938	854	1.374.480.626	936.979.982	437.500.644	709.226	20%	2,2%
Outras Obras (Transferegov)	628	391	21.882.906.110	19.039.434.861	2.843.471.249	34.845.392	6%	35%
Total	9.693	3.132	63.144.371.401	45.538.854.254	17.605.517.146	6.514.430	100%	100%

Fonte: Simec, investSUS, SisHab e Transferegov. Elaboração: CNM.

A distribuição das 9.693 obras paradas por Unidade da Federação (UF) é apresentada na Tabela 2, nela destaca-se que 39% (3.779) das obras paradas estão localizadas nos Estados do Maranhão (1.196), Pará (893), Bahia (997) e Minas Gerais (692). Por outro lado, Estados com a menor

quantidade de obras paradas, desconsiderando o Distrito Federal, são Acre (64), Amapá (80), e Roraima (88). Para os Municípios do Maranhão, a proporção de obras paradas se aproxima de seis (6) para cada cidade.

Tabela 2 – Quantitativo de obras paradas por UF

UF	Região	Qte. Obras Habitação	Qte. Obras Educação	Qte. Obras Saúde	Qte. Obras Outras	Total	% obras
AC	Norte	13	34	9	8	64	1%
AL	Nordeste	62	99	49	20	230	2%

UF	Região	Qte. Obras Habitação	Qte. Obras Educação	Qte. Obras Saúde	Qte. Obras Outras	Total	% obras
AM	Norte	143	265	96	9	513	5%
AP	Norte	21	27	26	6	80	1%
BA	Nordeste	252	585	115	45	997	10%
CE	Nordeste	95	339	104	35	573	6%
ES	Sudeste	29	31	15	12	87	1%
GO	Centro-oeste	72	146	70	32	320	3%
MA	Nordeste	189	786	180	41	1196	12%
MG	Sudeste	105	356	164	67	692	7%
MS	Centro-oeste	17	59	31	7	114	1%
MT	Centro-oeste	63	97	48	16	224	2%
PA	Norte	135	524	195	39	893	9%
PB	Nordeste	70	197	87	16	370	4%
PE	Nordeste	130	262	96	29	517	5%
PI	Nordeste	121	267	91	17	496	5%
PR	Sul	53	99	24	16	192	2%
RJ	Sudeste	21	64	121	30	236	2%
RN	Nordeste	54	143	77	20	294	3%
RO	Norte	43	46	17	13	119	1%
RR	Norte	15	40	28	5	88	1%
RS	Sul	95	143	46	31	315	3%
SC	Sul	27	56	12	24	119	1%

UF	Região	Qte. Obras Habitação	Qte. Obras Educação	Qte. Obras Saúde	Qte. Obras Outras	Total	% obras
SE	Nordeste	108	68	47	3	226	2%
SP	Sudeste	106	128	174	82	490	5%
TO	Norte	99	128	16	5	248	3%
BR	Brasil	2.138	4.989	1.938	628	9.693	100%

Fonte: Simec, invetSUS, SisHab e Transferegov. Elaboração: CNM.

É possível inferir, por meio da Tabela 2, que mais de 50% dos Municípios do país (3.132) possuem em média

três obras paradas. A distribuição da quantidade de obras paradas por Municípios é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Frequência de obras paradas por Município

	Quantidade de obras paradas											Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Acima de 10	
Municípios	1.246	715	364	231	157	110	79	45	29	27	129	3.132
Total de obras	1.246	1.430	1.092	924	785	660	553	360	261	270	2.112	9.693
Valor - (R\$ milhões)	4.418	5.751	4.488	5.765	5.469	3.669	4.143	2.519	1.944	1.515	23.464	63.144

Fonte: Simec, invetSUS, SisHab e Transferegov. Elaboração: CNM.

Destaca-se que **40% das cidades envolvidas (1.246) possuem uma única obra parada**, com valor total corrigido, pela Selic, de R\$ 4,4 bilhões. Por outro lado, **129 Municípios (4% do total) registraram a existência de 10 ou mais obras paradas**, correspondendo a 20% do total a um valor, corrigido de: R\$ 23,6 bilhões.

Quando avaliamos a quantidade de obras de acordo com a região, verifica-se que o maior quantitativo de obras paradas se encontra nas regiões Nordeste (4.899) e Norte (2.005), totalizando um valor empenhado de mais de R\$ 36 bilhões. Os valores, corrigidos, que faltam ser repassados para essas duas regiões somam mais de R\$ 11,7 bilhões, ou seja, 67% do que falta ser repassado (R\$ 17,6 bilhões). Os dados podem ser visualizados na Tabela 4:

Tabela 4 – Quantidade de obras paradas por região

Região	Qte. Obras	Qte Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
Centro Oeste	664	252	5.156.803.168	3.649.762.263	1.507.040.905
Nordeste	4.899	1.480	24.738.625.955	17.271.933.365	7.466.692.590
Norte	2.005	410	11.317.081.048	7.027.641.689	4.289.439.359
Sudeste	1.505	624	17.149.139.240	13.830.471.151	3.318.668.089
Sul	626	366	4.979.192.473	3.943.298.123	1.035.894.350
Total	9.699	3.132	63.340.841.884	45.723.106.590	17.617.735.294

Fonte: Simec, invetSUS, SisHab e Transferegov. Elaboração: CNM.

3.2. EDUCAÇÃO – SIMEC

A partir de dados do Simec e, ainda, de planilhas disponibilizadas pelo FNDE, realizou-se um levantamento sobre o cenário das obras educacionais, no período de 2007 a 2023. Destaca-se que o mapeamento de obras é complexo e nem sempre fidedigno, em razão de diversos fatores como, por exemplo, a quantidade de obras e dados para alimentar no sistema e, principalmente, o fato de o Simec ser alimentado pelos gestores, o que acaba dificultando o controle da evolução das obras a partir dos dados trans-

mitidos. Portanto, embora os dados disponíveis no Simec permitam uma análise do atual cenário das obras públicas executadas com recursos federais, existem limitações quanto à disponibilidade, à confiabilidade e à integralidade das informações apresentadas.

As obras analisadas neste estudo foram as que estavam em situação de paradas (que manifestaram interesse na retomada e as que não manifestaram interesse), canceladas e concluídas. Conforme informações do Quadro 1.

Quadro 1 – Cenário geral das obras concluídas, paradas e canceladas

Situação	Quant. Municípios	Quant. Obras	Falta FNDE pagar corrigido	Repasso efetivo do FNDE	Municípios precisam devolver para União
Paradas	2.234	3.388 solicitaram retomada	R\$ 3,5 bilhões (INCC) R\$ 4,1 bilhões (Selic)	R\$ 3,5 bilhões (INCC)	-
		1.601 não solicitaram retomada	R\$ 1,8 bilhões (Selic)-não será repassado	-	R\$ 2,5 bilhões (Selic)
Canceladas	1.344	3.874	-	-	R\$ 927,8 milhões (Selic)
Concluída	4.320	13.718	R\$ 10,8 bilhões (Selic)	"R\$ 3,3 bilhões (sem correção)"	-
Total	4.877	22.581	R\$ 16,1 bilhões (Selic e INCC) R\$ 16,7 bilhões (Selic)	R\$ 6,8 bilhões	R\$ 3,4 bilhões (Selic)

Fonte: Simec, elaboração CNM.

O Brasil possui 4.989 obras municipais paradas na área da Educação em 2.234 Municípios (40%). Com a Medida Provisória 1.174, de 12 de maio de 2023, o governo federal abriu a possibilidade para retomada dessas obras e atendeu a um pleito municipalista de corrigir os valores devidos aos Municípios pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). A Lei 14.719, sancionada em 1º de novembro de 2023, consolidou o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação.

O prazo para que Estados e Municípios manifestassem interesse na retomada de obras paralisadas e inacabadas

na área da Educação terminou em 22 de dezembro de 2023 e teve como resultado a manifestação de interesse de 1.564 Municípios para retomarem 3.388 obras.

Após a finalização do prazo para manifestação de interesse na retomada das obras, o cenário das obras paradas passou a ser o seguinte:

- 1.564 Municípios (28,1%) manifestaram interesse na retomada de 3.388 obras. A previsão é que sejam repassados cerca de R\$ 3,5 bilhões (corrigidos INCC) pelo FNDE. Caso o valor fosse

corrigido pela taxa Selic, o governo federal precisaria desembolsar R\$ 4,1 bilhões;

- 997 (17,9%) Municípios não tiveram interesse em retomar 1.601 obras paradas; essas obras serão canceladas e os Entes municipais terão de devolver ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 2,5 bilhões (corrigidos pela Selic).

Obras paradas que manifestaram interesse na retomada

Foram 3.388 obras paradas que podem ser retomadas em 1.564 localidades. Os Municípios do Maranhão (689 em 177 localidades), Pará (422 em 104 localidades) e Bahia (392 em 209 localidades) solicitaram interesse na repactuação de 1.503 obras, o que equivale a 44% do total. A Tabela 5 apresenta os quantitativos por Estado.

Tabela 5 – Quantidade de obras que manifestaram interesse na repactuação

UF	Qte. Obras	Qte.Munic	Valor Pactuado	Valor Pago	Valores a pagar (INCC)	Valores a pagar (SELIC)
AC	31	17	48.107.559	23.003.352	45.613.889	53.488.292
AL	43	28	36.748.214	17.207.597	36.183.566	43.348.706
AM	179	49	252.300.921	110.089.651	244.129.071	278.836.267
AP	22	4	31.612.281	21.451.473	19.438.971	23.551.621
BA	392	209	520.780.947	273.943.256	436.090.448	503.218.177
CE	233	95	260.257.843	125.232.820	243.011.898	288.074.432
ES	10	10	14.626.773	7.413.437	12.690.481	14.513.631
GO	90	61	90.814.107	51.967.985	76.457.605	92.809.233
MA	689	177	747.859.435	329.530.005	737.079.380	866.425.612
MG	179	126	197.738.692	108.998.672	168.945.460	203.952.250
MS	29	12	39.625.590	19.345.386	38.177.564	45.582.735
MT	59	31	51.227.434	27.871.895	43.802.186	52.472.149

UF	Qte. Obras	Qte.Munic	Valor Pactuado	Valor Pago	Valores a pagar (INCC)	Valores a pagar (SELIC)
PA	422	104	381.418.187	184.980.576	374.464.590	451.732.157
PB	107	76	117.223.634	62.569.745	99.142.052	117.141.456
PE	142	79	216.067.907	92.587.939	202.121.462	225.075.554
PI	170	100	158.873.047	83.299.313	139.683.879	167.748.363
PR	54	40	78.384.479	36.047.593	71.780.096	82.915.837
RJ	41	20	44.241.974	14.731.755	58.931.180	71.591.614
RN	89	55	77.472.960	41.450.597	68.817.775	82.914.163
RO	26	19	31.546.274	19.127.700	23.543.189	28.470.227
RR	20	8	16.252.410	6.294.102	19.261.705	23.424.004
RS	99	65	133.295.709	63.025.352	124.696.303	144.705.791
SC	37	27	62.614.286	32.579.215	51.510.350	59.470.626
SE	52	35	53.951.857	30.904.263	44.604.577	54.224.179
SP	69	56	95.823.540	47.472.898	90.565.102	107.765.979
TO	104	61	95.428.784	66.225.118	55.859.342	67.031.901
Total	3.388	1.564	3.854.294.844	1.897.351.694	3.526.602.119	4.150.484.957

Fonte: Simec, elaboração CNM.

Obras paradas que NÃO manifestaram interesse na retomada

São 1.601 obras educacionais em 997 (17,9%) Municípios que não tiveram interesse na retomada dos empreendimentos parados e, portanto, precisarão ser canceladas. Esses Municípios precisarão devolver os recursos recebidos com

juros moratórios, calculados no Sistema Débito do Tribunal de Contas da União (TCU) e correção pela Taxa Selic, fato esse que poderá onerar significativamente os Municípios. O levantamento realizado pela CNM, por sua vez, apontou que **o impacto financeiro** para esses gestores **poderá alcançar a R\$ 2,5 bilhões**. Como não é possível aplicar os juros, esse impacto, que já é significativo, está subestimado.

O Estado com o maior número de obras que não manifestaram interesse na retomada é a Bahia (193 em 115 localidades), seguido de Minas Gerais (177 em 144 localidades) e Pernambuco (120 em 65 localidades). Mas são os Municípios mineiros que têm o maior volume de dinheiro

a devolver, R\$ 336,6 milhões, seguidos da Bahia, com R\$ 302,7 milhões, e do Ceará, com R\$ 201,7 milhões. Segue, na Tabela 6, o cenário por UF das obras que precisarão ser canceladas:

Tabela 6 – Quantitativo das obras que serão canceladas

UF	Qte. Obras	Qte. Munic	Valor Pactuado	Valor Pago	Falta Repassar
AC	3	2	2.297.445	867.356	1.694.033
AL	56	35	57.056.587	33.205.300	77.935.330
AM	86	25	112.652.704	47.378.081	94.439.890
AP	5	3	7.446.319	3.817.547	8.365.373
BA	193	115	287.602.310	149.854.015	302.735.440
CE	106	58	150.570.451	87.926.521	201.661.712
ES	21	16	40.427.776	14.676.251	29.533.203
GO	56	36	71.924.653	48.417.353	106.486.785
MA	97	52	112.213.042	49.040.166	107.959.766
MG	177	144	240.693.869	148.669.737	336.590.581
MS	30	15	28.570.493	18.770.815	50.334.203
MT	38	27	44.979.247	28.537.366	66.501.652
PA	102	45	90.133.137	49.118.590	117.838.763
PB	90	63	107.017.354	60.244.921	135.917.573
PE	120	65	175.702.249	83.004.452	160.235.331

PI	97	58	82.564.902	49.573.016	116.309.238
PR	45	40	95.329.354	49.729.700	92.191.782
RJ	23	14	29.686.075	12.310.750	30.453.334
RN	54	39	65.708.606	31.372.967	74.505.740
RO	20	13	27.276.571	17.630.465	40.079.249
RR	20	7	38.122.896	9.702.079	15.668.074
RS	44	34	47.275.321	31.987.564	77.561.727
SC	19	16	34.173.444	28.013.391	58.486.131
SE	16	12	13.799.539	8.685.337	21.266.400
SP	59	44	106.755.391	49.684.558	107.489.108
TO	24	19	53.203.606	30.977.658	59.257.144
Total	1.601	997	2.123.183.338	1.143.195.959	2.491.497.563

Fonte: Simec, elaboração CNM.

Se incluirmos o total de recursos devidos à União das obras já canceladas com o das obras paradas (que não manifestaram interesse) que também precisarão ser canceladas, **a dívida dos Municípios ultrapassa os R\$ 3,4 bilhões**. São muitos os desafios que geram a paralisação e o cancelamento de uma obra, tanto em relação aos custos relacionados ao desgaste e à manutenção das obras quanto ao comprometimento e prejuízos dos serviços já executados que a obra traria para o Município.

Ademais, a baixa capacidade institucional de muitos Municípios em cumprir as exigências dos termos de compromisso/convênios, o pouco conhecimento sobre as normas vigentes, a fragilidade de suporte técnico e a pouca capacitação dos Municípios pelo FNDE e até mesmo os atrasos nos repasses federais, somados à burocracia e aos critérios exigidos para o processo de repactuação, representam entraves para solucionar os problemas que impedem a conclusão dessas obras.

3.3.HABITAÇÃO – SISHAB

Para os dados de habitação, o SisHab com a responsabilidade do Ministério das Cidades, concentra todas as obras pertencentes à habitação. Para os propósitos deste estudo, se destaca o passivo das obras do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) paralisadas, considerando o período de 2012-2020, bem como as contratações do Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), referente ao período de 2021-2022. Vale destacar que no âmbito do PCVA, em decorrência das contratações recentes, não foram encontrados empreendimento com status de obras paralisadas. Sendo assim, para o recorte, foi considerado o período de 2012 a 2019.

É importante lembrar que é possível que cada um dos empreendimentos possua uma quantidade correspondente de unidades habitacionais ainda não concluídas, calculada

a partir da diferença entre a quantidade de unidades contratadas e entregues. A fim de ilustrar tem-se o exemplo de um empreendimento habitacional que pode comportar 60 unidades. Para o escopo deste estudo, utilizou-se o conceito de empreendimento (o conjunto habitacional/obras) e não as unidades habitacionais (ex. as 60 casas).

Segundo levantamentos da CNM, para o período analisado, 2.138 empreendimentos de habitação apresentaram moradias paralisadas a um valor real de operação de R\$ 26,9 bilhões. Em todos os empreendimentos listados existem 122.929 unidades habitacionais (UH) não entregues (uma proporção de 57 UH paradas por empreendimento), envolvendo 1.456 Municípios, ou seja, quase 1 em cada 3 Municípios, envolvidos, no país apresentaram pelo menos um empreendimento com unidade habitacional parada. Os resultados estão sintetizados na Tabela 7.

Tabela 7 – Quatitativo de obras paradas por UF

UF	Qte. Obras	Qte.Munic	Valor Empenhado	Valor Pago	Falta Repassar
AC	13	7	41.411.649	16.992.289	24.419.360
AL	62	48	876.028.915	725.294.830	150.734.085
AM	143	51	975.474.897	673.569.764	301.905.133
AP	21	15	271.286.286	135.998.464	135.287.822
BA	252	196	1.225.310.833	1.054.230.718	171.080.115
CE	95	83	1.386.785.800	904.710.085	482.075.714

UF	Qte. Obras	Qte.Munic	Valor Empenhado	Valor Pago	Falta Repassar
ES	29	24	445.533.322	264.495.895	181.037.427
GO	72	46	419.010.585	330.405.758	88.604.827
MA	189	101	4.586.026.481	2.362.241.830	2.223.784.651
MG	105	61	913.833.763	611.011.467	302.822.296
MS	17	15	65.343.498	60.550.481	4.793.016
MT	63	44	1.763.474.830	836.316.446	927.158.384
PA	135	76	4.585.149.569	2.584.129.865	2.001.019.704
PB	70	61	964.281.806	864.950.923	99.330.883
PE	130	94	1.267.774.509	1.041.266.386	226.508.123
PI	121	81	309.878.668	254.722.587	55.156.081
PR	53	43	484.791.007	283.051.046	201.739.961
RJ	21	14	1.738.700.921	1.514.135.518	224.565.403
RN	54	45	285.183.722	330.477.212	-45.293.490
RO	43	35	554.767.035	484.289.550	70.477.484
RR	15	12	44.556.253	33.961.742	10.594.511
RS	95	73	1.083.037.059	936.888.141	146.148.918
SC	27	18	43.576.707	26.080.021	17.496.686
SE	108	58	368.421.965	293.157.840	75.264.125
SP	106	62	2.026.381.164	1.755.675.774	270.705.390
TO	99	93	244.614.814	178.609.877	66.004.937
Total	2.138	1.456	26.970.636.056	18.557.214.507	8.413.421.549

Fonte: SisHab, elaboração CNM.

3.4. SAÚDE – INVESTSUS

Quanto às obras da Saúde, foram consideradas para o levantamento das obras paradas as informações de manifestação de interesse do “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia na Saúde”, instituída pela Lei 14.719, de 1º de novembro de 2023, e regulamentada pela Portaria GM/MS 3.084, de 12 de janeiro de 2024, tendo sido alterada pela Portaria 3.610, de 22 de abril de 2024.

Para esse levantamento foram consideradas as obras repactuadas, ou seja, obras que serão retomadas que estavam classificadas como paralisadas. Com relação a isso, os Municípios tiveram um prazo para manifestar interesse em retomar essas obras. No decorrer da elaboração deste estudo, essas obras estavam em fase de apresentação de documentos que comprovem a paralisação. Após esse prazo

(30 dias, após findo o prazo de manifestação de interesse), as obras passarão por diligências.

As obras que serão repactuadas¹ e que foram confirmadas pelos Municípios que estão paradas são: Unidades Básicas de Saúde (UBS), academias da saúde, construção e ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), além de ações nas redes Cegonha e Neonatal. Também serão alcançados Centros Especializados em Reabilitação (CER) e oficinas ortopédicas.

Serão retomadas 1.938 obras da saúde (26% do total) em 854 Municípios. Para essas obras, foi empenhado R\$ 1,4 bilhão às obras da saúde, dos quais R\$ 937 milhões foram efetivamente pagos. A atualização pela Selic aponta que falta repassar R\$ 437,5 milhões aos cofres municipais para continuidade das obras.

Tabela 8 – Quantidade de obras Repactuadas

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
AC	9	4	6.948.355	4.564.843	2.383.512
AL	49	26	35.470.381	22.458.300	13.012.081

1 É a celebração de um compromisso formal entre o Ente federativo e o Ministério da Saúde com o objetivo de retomar a execução física de obras e serviços de engenharia paralisados ou inacabados.

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
AM	96	36	77.251.285	52.892.514	24.358.770
AP	26	9	18.212.326	12.961.263	5.251.063
BA	115	61	122.499.255	80.454.991	42.044.264
CE	104	36	63.256.096	43.138.555	20.117.541
ES	15	10	10.090.788	9.084.485	1.006.303
GO	70	34	60.378.021	38.421.614	21.956.406
MA	180	75	107.431.773	79.529.799	27.901.974
MG	164	101	110.245.017	74.243.922	36.001.095
MS	31	14	19.720.019	17.115.201	2.604.818
MT	48	21	28.590.563	22.002.842	6.587.722
PA	195	61	148.668.791	113.632.072	35.036.720
PB	87	45	50.545.848	31.862.951	18.682.897
PE	96	44	92.905.902	62.907.356	29.998.546
PI	91	52	58.556.952	39.849.115	18.707.837
PR	24	22	20.544.493	15.952.690	4.591.803
RJ	121	30	93.704.410	45.813.410	47.891.001
RN	77	32	40.383.324	26.796.639	13.586.684
RO	17	10	11.164.815	8.475.679	2.689.136
RR	28	9	16.028.479	11.144.751	4.883.728
RS	46	26	16.301.587	10.724.266	5.577.321
SC	12	11	5.806.050	4.519.697	1.286.353

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
SE	47	24	24.508.464	19.027.460	5.481.003
SP	174	48	123.762.155	80.507.065	43.255.089
TO	16	13	11.505.479	8.898.502	2.606.976
Total	1.938	854	1.374.480.626	936.979.982	437.500.644

Fonte: InvestSUS. Elaboração: CNM.

Os Municípios com a maior quantidade de obras paradas são do Pará (195 em 61 localidades), Maranhão (180 em 75 localidades), São Paulo (174 em 48 localidades) e Minas Gerais (164 em 101 localidades). Nos quatro Estados estão localizados, portanto, 37% da quantidade de obras recuperadas. Por outro lado, os Estados com a menor quantidade de obras paradas são Acre (9 em 4 localidades), Santa Catarina (12 em 11 localidades), Espírito Santo (15 em 10 localidades) e Tocantins (16 em 13 localidades).

Diante dos dados expostos, é importante considerar, relativo às obras paradas da saúde, que houve uma mudança de metodologia ocorrida em 2017 (a qual reduziu drasticamente o volume de obras paradas), pois a partir de então o repasse financeiro passou a ser em parcela única para as obras da saúde. Essa era uma demanda recorrente dos Municípios brasileiros, uma vez que o repasse em várias parcelas ou de acordo com boletins de medição aprovados ocasionava atrasos na execução e na entrega das obras,

além de prejuízos econômicos e sociais para o gestor municipal. Em alguns casos, resultava em diversas paralisações na execução, inclusive na paralisação definitiva da obra. Outro fato que contribuiu para a redução das obras paradas foi o número crescente de obras canceladas, na área da saúde. Só a partir do “Pacto Nacional pela Retomada de Obras” está sendo possível mapear o status real dessas obras, no qual o gestor teve a oportunidade de dizer qual a realidade dessas obras. Nas próximas sessões, falaremos das obras concluídas e que foram reativadas, objetos também da Portaria nº 3.084/2024.

3.5. OUTRAS OBRAS – TRANSFEREGOV (PAINEL DE OBRAS)

A base de dados do Painel de Obras, disponível no Transferegov, permite a avaliação de obras de diversos segmentos da administração pública, como trânsito e

mobilidade, saneamento, turismo e cultura, além das obras advindas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Avançar, do governo federal. A partir das informações da Tabela 8, é possível elencar a quantidade de obras (ou instrumentos) e o valor empenhado de contrato, conforme dis-

ponibilizado no **Painel de Obras do Transferegov**. Segundo o levantamento, são **628 obras paradas com modalidade de aplicação a Municípios**, ao custo empenhado real de **R\$ 21,9 bilhões**, faltando repassar aos cofres municipais um valor real de R\$ 2,9 bilhões para conclusão das obras.

Tabela 9 – Quantitativo de obras Paradas por Unidade da Federação

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
AC	8	5	109.893.776	103.644.256	6.249.521
AL	20	10	499.271.445	406.444.506	92.826.938
AM	9	9	47.148.902	23.136.765	24.012.137
AP	6	3	130.066.554	58.933.200	71.133.354
BA	45	29	1.345.986.705	1.218.459.985	127.526.721
CE	35	26	602.505.963	528.759.214	73.746.750
ES	12	10	300.932.552	260.370.402	40.562.150
GO	32	16	1.176.762.200	1.118.256.525	58.505.675
MA	41	30	410.112.646	365.990.237	44.122.409
MG	67	44	1.712.378.281	1.335.871.181	376.507.100
MS	7	4	374.653.485	337.038.447	37.615.038
MT	16	12	284.014.369	235.729.479	48.284.890
PA	39	28	726.525.103	608.673.547	117.851.556
PB	16	12	390.423.903	353.692.585	36.731.318
PE	29	16	1.252.861.808	1.089.051.446	163.810.362

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
PI	17	10	445.806.125	435.588.632	10.217.493
PR	16	8	747.110.150	694.992.294	52.117.856
RJ	30	12	1.904.561.012	1.375.758.139	528.802.872
RN	20	9	1.011.526.599	951.441.985	60.084.614
RO	13	4	514.339.429	386.604.959	127.734.469
RR	5	4	42.345.014	30.021.486	12.323.529
RS	31	27	1.173.809.704	984.104.306	189.705.398
SC	24	20	485.471.402	466.077.576	19.393.826
SE	3	3	16.074.894	7.952.410	8.122.484
SP	82	37	6.060.839.367	5.547.435.707	513.403.660
TO	5	3	117.484.721	115.405.592	2.079.129
Total	628	391	21.882.906.110	19.039.434.861	2.843.471.249

Fonte: Painel de Obras – Transferegov. Elaboração: CNM.

A Tabela 9 explora o quantitativo das obras paralisadas. As 628 obras estão espalhadas em 391 Municípios do país, o que confere um valor médio de aproximadamente quase duas obras paradas por localidade. Destaca-se, a partir das informações elencadas por Unidade da Federação (UF), que o maior quantitativo das obras paradas 37% (235) está localizado nos Estados de São Paulo (82), Minas Gerais (67), Bahia (45) e Maranhão (41). Por outro lado, as UF com a menor quantidade de obras paradas são Sergipe (03), Tocantins e Roraima (05) e Amapá (06).

3.1.1 Obras Concluídas e Reativadas

Além do cenário de obras paradas, e de posições do governo federal em recuperar essas obras, as concluídas passaram também a ser uma preocupação para os gestores municipais, visto que aquelas que foram pagas com recursos próprios dos cofres públicos para conclusão, as quais impediram que a população ficasse desassistida, precisam ter os recursos devolvidos. Porém essa devolução (do que

falta ser repassado pelo governo federal) não é corrigida pelo INCC.

A partir da classificação das obras concluídas, nas três bases de dados consultadas, foi possível mensurar a existência de **16.597 obras concluídas** nos Municípios brasileiros, desde 2007, em **4.533 Municípios** diferentes, 81% do total (5.568), correspondendo a um valor contratado/pactuado ou empenhado superior em termos reais, atualizados pela Taxa Selic, **de R\$ 61,4 bilhões**. A

maior parte das obras concluídas nos Municípios brasileiros é da educação, com 83% do total. Os dados também mostram que, entre o que foi empenhado e o que foi pago, **faltam mais de R\$ 13,6 bilhões** a serem repassados pelo governo federal aos Municípios se fôssemos considerar em valores atualizados pela Selic, uma vez que os Municípios concluíram com recursos próprios e muitas dessas obras são de décadas atrás. Alguns desses dados podem ser visualizados na Tabela 10.

Tabela 10 – Quantitativo de obras concluídas e Valores Reais

Fonte de Dados	Qte. Obras	Qte Municípios	Valores reais - Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar	% obras
Educação (Simec)	13.718	4.320	30.012.827.803	19.165.669.533	10.847.158.270	83%
Saúde (InvestSUS)	1.647	915	1.648.475.873	1.318.295.180	330.180.693	10%
Painel de Obras (Transferegov)	1.232	554	29.789.218.127	27.337.756.284	2.451.461.843	7%
Total	16.597	4.533	61.450.521.803	47.821.720.996	13.628.800.806	100%

Fonte: Simec, InvestSUS e Transferegov. Elaboração: CNM.

A distribuição das 16.597 obras concluídas por Unidade da Federação é apresentada na Tabela 11, destaca-se que o maior quantitativo das obras está localizado nos Estados de Minas Gerais (1.615), Bahia (1.607), Rio Grande do Sul (1.301) e Paraná (1.208), concentrando essas localidades 35% das

obras concluídas (5.731). Por outro lado, têm-se as Unidades da Federação com menor quantitativo de obras concluídas, desconsiderando o Distrito Federal: Amapá (31), Acre (80) e Roraima (70).

Tabela 11 – Quantitativo de obras concluídas e reativadas por UF

UF	Região	Qte. Obras Educação	Qte. Obras Saúde	Qte. Obras Outras	Total	% obras
AC	Norte	63	14	3	80	0,5%
AL	Nordeste	350	80	18	448	3%
AM	Norte	213	50	7	270	2%
AP	Norte	19	10	2	31	0%
BA	Nordeste	1.439	99	69	1.607	10%
CE	Nordeste	871	95	53	1.019	6%
ES	Sudeste	121	13	28	162	1%
GO	Centro-oeste	540	79	37	656	4%
MA	Nordeste	896	131	26	1.053	6%
MG	Sudeste	1.339	136	140	1.615	10%
MS	Centro-oeste	250	25	10	285	2%
MT	Centro-oeste	435	46	19	500	3%
PA	Norte	830	99	28	957	6%
PB	Nordeste	326	74	13	413	2%
PE	Nordeste	648	104	39	791	5%
PI	Nordeste	444	85	28	557	3%
PR	Sul	1.072	72	64	1.208	7%
RJ	Sudeste	344	63	84	491	3%
RN	Nordeste	211	61	11	283	2%

UF	Região	Qte. Obras Educação	Qte. Obras Saúde	Qte. Obras Outras	Total	% obras
RO	Norte	120	28	8	156	1%
RR	Norte	37	24	9	70	0%
RS	Sul	1.089	50	162	1.301	8%
SC	Sul	659	27	57	743	4%
SE	Nordeste	142	22	23	187	1%
SP	Sudeste	960	128	288	1.376	8%
TO	Norte	300	32	6	338	2%
BR	Brasil	13.718	1.647	1.232	16.597	100%

Fonte: Simec, InvestSUS e Transferegov. Elaboração: CNM

3.1.2 Educação – Simec – Concluídas

Como já mencionado, as obras concluídas também passaram a ser um fator preocupante para os Municípios essas obras concluídas em que os recursos pactuados não foram integralmente repassados. O valor devido pelo

governo federal ao Municípios, segundo dados do Simec, é de aproximadamente **R\$ 10,8 bilhões** (corrigido pela Selic). Os Estados que têm mais recursos a receber do FNDE de obras concluídas são Minas Gerais, com R\$ 1,3 bilhão; São Paulo, com R\$ 1,2 bilhão; e Rio Grande do Sul, com R\$ 1,1 bilhão.

Tabela 12 – Quantitativo de obras concluídas por UF

UF	Qte.Munic	Qte. Obras	Valor Pactuado	Valor Pago	FNDE - Falta Repassar (Selic)
AC	15	63	48.337.714	42.521.966	17.913.200
AL	86	350	253.901.317	211.573.719	136.962.432
AM	48	213	158.000.310	122.998.235	99.791.710
AP	8	19	13.272.762	11.686.380	3.629.213
BA	366	1439	1.152.521.314	897.205.958	624.665.940

UF	Qte.Munic	Qte. Obras	Valor Pactuado	Valor Pago	FNDE - Falta Repassar (Selic)
CE	171	871	763.888.273	616.236.876	503.811.898
ES	45	121	124.772.037	90.721.302	103.653.275
GO	180	540	429.139.209	312.963.856	414.490.114
MA	175	896	601.357.080	498.888.529	320.249.333
MG	611	1339	1.086.016.369	722.034.307	1.319.291.348
MS	76	250	204.604.059	97.018.268	399.190.677
MT	126	435	321.386.891	213.139.847	376.642.556
PA	127	830	561.981.732	462.228.545	323.037.643
PB	149	326	244.467.086	190.123.507	171.744.921
PE	153	648	599.777.496	341.945.953	704.636.301
PI	168	444	314.603.551	273.948.942	125.186.781
PR	350	1072	1.048.615.029	763.679.469	901.338.373
RJ	61	344	247.386.083	80.522.968	534.510.891
RN	98	211	162.225.343	76.594.745	302.296.428
RO	39	120	101.785.416	74.605.299	88.438.155
RR	9	37	42.023.177	23.800.972	53.244.764
RS	426	1089	856.515.665	533.526.205	1.089.100.376
SC	254	659	557.763.426	387.753.743	581.172.689
SE	54	142	89.793.454	62.594.323	89.502.274
SP	410	960	975.727.823	624.025.544	1.249.873.309
TO	115	300	242.943.755	152.150.954	312.783.670
Total	4.320	13.718	11.202.806.372	7.884.490.414	10.847.158.270

Fonte: Simec, elaboração CNM.

3.1.3 Saúde – InvestSUS

As informações das obras concluídas da Saúde são aquelas reativadas do “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia na Saúde” instituída pela Lei 14.719, de novembro/2023 e regulamentada pela Portaria GM/MS 3.084, de 12 de janeiro de 2024, recentemente atualizada pela Portaria GM/MS 3.610, de 22 de abril de 2024.

Mediante a portaria mencionada, os Municípios tiveram prazo de manifestação de interesses, ou seja, os gestores tiveram a oportunidade de declarar como estavam essas obras e se queriam ou não retomar. E, após essa fase, dentre as 5.573 obras elegíveis de manifestação de interesse dentro do InvestSUS, envolvendo 2.050 Municípios com obras na saúde, 1.647 obras foram classificadas como concluídas. E, assim, após as comprovações, serão reativadas, ou seja, passarão a funcionar; e as outras 1.938 de fato estava paralisada, e seguem para comprovação de documentos e diligências para serem retomadas, como já mencionado anteriormente. Abaixo um quadro-resumo das obras elegíveis de manifestação no InvestSus, ao qual os Municípios tiveram acesso para declararem como estavam essas obras.

Tabela 13 – Obras das Saúde para manifestação de interesse

Situação Sismob	Qte. Obras	Qte Municípios
Em ação Preparatória	5	5
Obra Paralisada	26	18
Em Readequação	117	114
Em início de execução	239	191
Em cancelamento	595	414
Em execução e Conclusão	783	585
obras Canceladas	3.808	1.365
Total	5.573	2.050

Fonte: InvestSUS. Elaboração: CNM.

A portaria contemplou obras ou serviços de engenharia paralisados, inacabados ou em funcionamento, mas sem o registro de “concluídas” no Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob) por parte do Município beneficiário. Estas últimas poderão ser reativadas, nome dado à regularização da situação de obras que foram concluídas fora do prazo inicialmente pactuado, evitando a devolução de recursos.

De acordo com a Portaria GM/MS 3.084, de 12 de janeiro de 2024, para a reativação de recursos, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I. utilizar, se houver, o saldo remanescente da pactuação original, inclusive os saldos dos rendimentos de aplicações financeiras deste, no limite da comprovação de uso de recursos próprios;

II. formalizar pedido de ressarcimento federal da verba anteriormente pactuada e pendente de repasse na data de publicação da Lei 14.719, de 2023, se tiver utilizado recursos próprios na conclusão, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Saúde;

III. formalizar pedido de incentivo financeiro de custeio federal para os serviços de saúde associados, se for o caso, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Saúde e as normas que regem a política ou o programa de saúde.

E a correção monetária não se aplica às obras que serão reativadas; sendo assim, aquelas que foram concluídas com recursos próprios municipais e que ainda faltam recursos federais para serem repassados não serão corrigidas de acordo com o INCC, conforme portaria. Diante desse cenário, das 1.647 obras concluídas da área da Saúde, faltam repassar em valores corrigidos pela Selic R\$ 33,00 milhões. Importante lembrar que essas obras estão em 915 Municípios diferentes, conforme distribuição da Tabela 14.

Tabela 14 - Quantidade de obras reativadas por UF

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
AC	14	7	6.365.224	4.362.471	2.002.753
AL	80	33	56.597.528	37.464.413	19.133.115
AM	50	24	33.882.856	30.605.818	3.277.038
AP	10	5	3.539.081	3.539.081	-
BA	99	58	68.813.438	58.492.683	10.320.755
CE	95	50	100.112.909	81.679.279	18.433.629

UF	Qte. Obras	Qte. Municípios	Valores reais Empenhado	valores reais pagos	Falta Repassar
ES	13	11	30.639.368	29.776.037	863.331
GO	79	50	84.176.959	63.683.023	20.493.936
MA	131	56	82.713.308	68.953.465	13.759.843
MG	136	89	117.356.204	86.114.538	31.241.666
MS	25	13	31.995.509	27.364.421	4.631.088
MT	46	21	54.415.164	43.929.333	10.485.831
PA	99	47	108.338.585	95.652.003	12.686.582
PB	74	46	51.545.436	46.786.973	4.758.463
PE	104	51	102.169.366	89.847.896	12.321.470
PI	85	52	75.104.759	64.771.545	10.333.214
PR	72	53	83.956.108	58.750.305	25.205.804
RJ	63	24	75.287.421	44.184.109	31.103.312
RN	61	37	49.433.493	40.283.629	9.149.864
RO	28	11	44.207.867	35.862.845	8.345.022
RR	24	13	20.057.809	18.892.719	1.165.090
RS	50	35	59.999.661	45.424.958	14.574.703
SC	27	22	21.731.731	18.797.726	2.934.005
SE	22	17	9.272.761	6.913.823	2.358.939
SP	128	70	240.518.894	182.120.321	58.398.573
TO	32	20	36.244.433	34.041.763	2.202.669
Total	1.647	915	1.648.475.873	1.318.295.180	330.180.693

Fonte: InvestSUS. Elaboração: CNM.

É possível vislumbrar por meio na Tabela 14 que os Municípios do Estado de Minas Gerais são os que mais têm obras reativadas que poderão estar em funcionamento, após atestada a conclusão delas. E as obras classificadas como reativadas do Estado do Amapá não terão recursos a serem repassados.

No decorrer da elaboração deste estudo, o sistema InvestSUS Gestão estará aberto para a recepção da do-

cumentação referente à segunda fase do processo, e os Municípios que manifestaram interesse, tanto para a Reativação quanto para a Repactuação das obras, têm até o dia 24/5/2024 para apresentar os documentos para posterior análise e pedido de diligências pelo Ministério da Saúde. É, portanto, importante destacar que a Portaria GM/MS 3.610, de 22 de abril de 2024, publicada em 23/04/2024, traz alterações importantes à Portaria inicial.

4. PESQUISA OBRAS PARADAS – CNM

Para diagnosticar e tentar entender melhor a situação das obras paradas nos Municípios brasileiros, a CNM realizou uma pesquisa – que se iniciou em 21 de setembro e foi encerrada em 27 de novembro do ano passado – com o levantamento de 3.200 obras paradas envolvendo 1.577 Municípios.

Para atingir esses números, a Confederação se apoiou em informações de obras paradas, elencadas pela Plataforma Mãos à obra, lançada pelo governo federal, cuja finalidade é levantar um diagnóstico das situações das obras realizadas com recursos federais. Por meio dela, os gestores municipais puderam declarar como estariam essas obras, ou seja, se concluída, se paralisadas ou se

em andamento. Foram utilizadas, também, informações do Simec, gerido pelo FNDE, no qual houve um levantamento de obras paradas e inacabadas que seriam retomadas pelos Municípios, após a publicação da Lei 14.719, sancionada em 1º de novembro de 2023, que consolidou o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação.

Nesse diapasão, a CNM visou abranger 3.200 obras, porém obtendo resultados em 42,9% (1.372), envolvendo 849 Municípios. Para evitar desvio de dados entre os Estados com maior ou menor quantidade de cidades, optou-se pela não definição de uma amostra estatística com um percentual de Municípios de cada Estado. Por meio desta pesquisa, foi possível inferir que, das 1.372 obras paradas analisadas,

730 (53%) estão paradas há mais de cinco anos, com 340 obras paradas até 10 anos.

Também foi possível inferir que os recursos que são empenhados e assinados em contrato não são suficientes para 80% dos contratos pactuados. Em relação à quantidade de recursos que faltam para conclusão das obras, os gestores responderam que em média necessitam de mais R\$ 5,8 milhões para finalizar a obra.

Além disso, foi possível inferir que para **1.372 obras** pesquisadas 47,2% (648) das paralisações **não utilizaram recursos próprios**, mas 167 empreendimentos utilizaram quase R\$ 200 mil em recursos próprios, até o momento da paralisação da obra. O que mostra a dificuldade que muitos gestores enfrentam no reembolso dos contratos,

5. CONCLUSÃO

De acordo com os dados apresentados, foi possível constatar a existência de **9.693 obras paradas em 3.132 Municípios do país (56% do total)**, correspondente a um montante, a preço (Selic) de fevereiro de 2024, **de R\$ 63,1 bilhões**. Segundo levantamento da CNM, há em média três obras paradas a cada Município afetado, concentrados em educação, habitação e saúde. E considerando as

quando utilizam recursos próprios, infere-se que muitos gestores têm optado por aguardar o recurso do governo para conclusão da obra.

Nesse levantamento, também foi possível perceber que o recurso destinado a 80% (1.105) das obras paradas pesquisadas não é suficiente para finalizar o objeto – creche, UPA, ou serviço de saneamento básico que fazem parte da vida de cada brasileiro.

Além de obras que estão com valores defasados, dada a paralisação de mais de 10 anos de quase 25% dos empreendimentos pesquisados, com o passar dos anos os insumos são desperdiçados e os custos alterados em razão da inflação do período.

obras concluídas pelos Municípios com recursos próprios foi possível inferir que eles precisam ser ressarcidos em mais de **R\$ 13,6 bilhões** por essas obras já concluídas, mesmo sem considerar os valores das obras concluídas da habitação.

O levantamento, a partir de dados oficiais, teve a motivação de apresentar a quantidade de obras paradas e concluídas no país e o volume global do investimento público em obras municipais desde 2007. Este tema é de grande importância para a causa municipalista, uma vez que obras paradas significam desperdício de recursos e prejuízo à população que necessita de uma boa provisão de serviços públicos.

Ainda, de acordo com os dados levantados, **a maioria das obras paradas está localizada nas regiões Nordeste e Norte. Presumivelmente, o valor médio das obras é maior entre as cidades mais populosas.** As principais obras são oriundas de projetos escolares; pavimentação asfáltica; construção de estradas vicinais; construção de orlas; construção de escolas e creches; empreendimentos habitacionais de programas de moradias, obras em esgotamento sanitário; melhorias sanitárias domiciliares e saneamento rural, além das obras em Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento.

Dentre algumas razões do motivo da paralisação elencadas pelos Entes municipais, estão: falta de declaração de regularidade do órgão federal; ausência de medição há mais de 90 dias da obra; rescisão contratual com empreiteiras; não obtenção de licenças; ações judiciais; demora na liberação de recursos pela União; desistência dos fornecedores, projeto inicial defasado, dotação orçamentá-

ria, atuação de órgão de controle, desapropriações, dentre outros motivos.

Uma obra parada claramente não beneficia o cidadão nos Municípios. Conforme apresentado neste estudo, os impactos das obras refletem em menos unidades habitacionais para moradia, menor acesso a escolas (creches), menos órgãos públicos para atendimento, infraestrutura precária por ausência de pavimentação asfáltica, canalização de esgotos e construção de pontes, desperdícios de importantes recursos públicos que poderiam melhorar consideravelmente o bem-estar da população nos Municípios brasileiros.

Vários movimentos estão sendo feitos pelos órgãos de controle federais e estaduais para a recuperação desses investimentos, entre eles reuniões setoriais com Ministérios e a administração federal, assim como tratativas que unem as informações de obras em uma única fonte de dados, algumas normativas, tais como a elaboração de portarias envolvendo obras da educação e saúde, com medidas de repactuação e novos prazos abertos. E, apesar de o Pacto Nacional ter permitido a retomada das obras paradas educacionais e da saúde e o valor repassado ser corrigido pelo INCC, esses empreendimentos permanecem sem uma solução definitiva, pois, mesmo com a correção, os recursos não serão suficientes para a conclusão das obras em razão do estado de degradação avançado. E, além da problemáti-

ca das obras paradas, as obras concluídas também trazem desafios a serem enfrentados pela gestão.

É bom salientar que a CNM sempre participou de todas as tentativas de solução do problema das obras paradas/inacabadas em inúmeros grupos de trabalho, reuniões com os Ministérios, no subsídio para legislações no Congresso Nacional e nos órgãos de controle. E muito se questiona quais seriam as principais responsabilidades de cada um dos Entes para a ocorrência deste problema. Em um acórdão do TCU (Tribunal de Contas da União), por exemplo, foi mapeado de maneira bem minuciosa todos os entraves e gargalos que devem ser corrigidos para se evitar o desperdício do dinheiro público.

A Confederação reconhece que, após medidas sistemáticas para atualizar o custo das obras a preços do INCC, o governo federal elaborou as portarias de retomadas atendendo a um pleito da entidade. Porém, apesar de considerarmos isso uma conquista para os Municípios brasileiros, é sabido que ainda resta muito a ser feito, tal como a retomada de obras da habitação, obras de saneamento básico a céu aberto que estão espalhadas em muitos Municípios. Porque, mesmo entendendo que saúde e educação são prioridades do governo, outras necessidades também são essenciais à população e fazem parte da dignidade da pessoa humana elencadas na Constituição Federal.



6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/painelObras/>. Acesso em: 13 abril 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1.079/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/tcu/..%5Ctcu%5CPDFs%5CAcordao11882007-TCU-Plen%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 14 abril 2024.

BRASIL. Painéis Gerenciais. Parceriasgov.br. Painel de obras. Disponível em: <https://clusterqap2.economia.gov.br/extensions/painel-obras/painel-obras.html> Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. Portaria Interministerial MEC/MGI/CGU 82, de 10 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-conjunta-mec/mgi/cgu-n-82-de-10-de-julho-de-2023-495842030>. Acesso em: 26 abril. 2024.

BRASIL. Medida Provisória 1.174, de 12 de maio de 2023. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/gH6is5>.

BRASIL. Lei 14.719, de 1º de novembro de 2023. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde. Disponível em: <http://li.cnm.org.br/r/uevWKL>.

BRASIL. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/painelObras/>. Acesso em: 13 abril 2024.

BRASIL. Portaria GM/MS 3.084, de 12 de janeiro de 2024. Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia na Saúde. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.084-de-12-de-janeiro-de-2024-537313765> Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. CNM. Obras paradas nos Municípios Brasileiros: 2012 a 2022. Disponível em: Biblioteca -Confederação Nacional de Municípios (cnm.org.br). Acesso em: 25 abril 2024.

BRASIL. InvestSUS. Painel – Retomada de Obras da Saúde. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/CGIN_RETOMADA_OBRAS/CGIN_RETOMADA_OBRAS.html. Acesso em: 2 maio 2024.

BRASIL. Portaria Interministerial GM/MS 3.610, de 22 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.610-de-22-de-abril-de-2024-555686356> Acesso em: 26 abril 2024.



www.cnm.org.br

Sede

SGAN 601 – Módulo N
CEP: 70830-010
Asa Norte – Brasília/DF
Tel: (61) 2101-6000

Escritório Regional

Rua Marcílio Dias, 574
Bairro Menino Deus
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS
Tel: (51) 3232-3330